



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Há que promover a definição legal do mecanismo de “olhar para trás”

O Comissariado contra a Corrupção (CCAC), enquanto órgão público independente de Macau, tem como atribuições fiscalizar a defesa da integridade e o tratamento das queixas contra a ilegalidade administrativa na qualidade de terceira parte independente. Há dias, o CCAC divulgou o Relatório de Actividades de 2021, no qual apresenta vários casos de provedoria de justiça e de fiscalização acompanhados no ano passado, assumindo um papel positivo para a sociedade compreender o andamento da optimização dos trabalhos da Administração Pública. A sociedade presta especial atenção ao acompanhamento e posterior tratamento dos casos constantes na lista de “olhar para trás” (mecanismo de fiscalização subsequente).

Na sequência do desenvolvimento socioeconómico, a qualidade dos serviços públicos tem vindo a ser cada vez mais valorizada pela população, que espera que os serviços competentes, por sua iniciativa ou em articulação com a entidade fiscalizadora, dêem uma resposta activa e concreta aos problemas detectados e que procedam ao melhoramento da situação; o mecanismo de reavaliação do CCAC responde, de forma directa, às solicitações da população, proporcionando ao Governo meios para a optimização contínua dos serviços públicos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

No entanto, segundo o relatório, apesar de o CCAC ter procedido, de perto, ao acompanhamento dos casos, os serviços públicos manifestaram diferentes pontos de vista em relação às respostas ao relatório, alguns deles responderam assumindo uma atitude de abertura e aceitação, e desenvolvendo um mecanismo de cooperação e comunicação interdepartamental [1], com vista à correcção efectiva dos respectivos problemas. Um deputado perguntou, no passado, ao Governo, se ia ser criado um mecanismo para o acompanhamento e divulgação dos relatórios dos dois Comissariados [2], no entanto, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública apenas respondeu que "o Governo da RAEM tem atribuído grande importância aos relatórios do CCAC e do Comissariado de Auditoria, exigindo aos serviços públicos que atentem no conteúdo desses relatórios e acompanhem e avaliem eficientemente os assuntos aí abordados que lhes digam respeito, devendo rever os problemas detectados, apresentar as correspondentes medidas de aperfeiçoamento, reportar as situações à entidade tutelar e dar delas conhecimento generalizado" [3], e não deu uma resposta directa quanto à criação de um mecanismo de "olhar para trás", por isso, não se consegue garantir que os serviços públicos tenham de responder de forma activa, adoptando atempadamente medidas de melhoria, o que aumenta a pressão sobre a entidade fiscalizadora na execução da lei.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com base na concretização eficaz dos trabalhos de fiscalização do CCAC e do Comissariado de Auditoria, o Governo deve, de acordo com a lei e dentro do prazo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

fixado, tomar a iniciativa de responder e rectificar as questões levantadas nos relatórios do CCAC e do Comissariado da Auditoria. Vai fazê-lo?

2. Segundo o relatório de actividades do CCAC, verificou-se que muitos residentes têm conhecimentos diferentes ou inadequados sobre os órgãos administrativos e os actos por estes praticados. Tendo em conta os pedidos de apoio apresentados pelos residentes no dia-a-dia, alguns problemas têm a ver com a falta de comunicação entre os dois órgãos. Assim sendo, como é que o Governo vai melhorar a comunicação entre o pessoal da linha de frente e os residentes, a fim de evitar mal-entendidos? Como é que o Governo vai reforçar os conhecimentos jurídicos dos residentes, para que estes possam, de forma correcta, exercer os seus próprios direitos e cumprir os seus deveres?

Referências:

[1] Relatório de actividades de 2021 do CCAC, página 49

[2] Interpelação escrita apresentada ao Governo por um deputado:

<https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2022-02/55620620b6ac57b279.pdf>

[3] Resposta dos SAFF a uma interpelação escrita apresentada por um deputado:

<https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2022-03/22653621d9bf6b81a5.pdf>

5 de Agosto de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ma lo Fong